

As marcas de identidade dos construtores medievais na Ponte de Vouga

*Universidade de Aveiro

Luís Seabra Lopes*
lsl@ua.pt

O autor escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1945

Resumo A ponte de Vouga foi construída no século XIII e depois reconstruída por D. João III, D. João V e D. Maria I. O tabuleiro foi alteado e alongado para fazer face ao crescente assoreamento do rio. O desassoreamento registado na segunda metade do século XX deixou à vista estruturas remanescentes da ponte medieval pelas quais se vê que tinha pelo menos 10 arcos / 150 m. No presente artigo são estudadas as numerosas marcas de canteiro que existem ao longo de toda a ponte, quer no que resta da ponte medieval, quer na ponte que depois foi construída sobre os pilares da ponte medieval. Foram detectadas 495 ocorrências de marcas, quase todas de base alfabética. Atendendo às suas semelhanças e diferenças, estas ocorrências foram organizadas em 109 tipos. Paleograficamente, as marcas reflectem predominantemente influências dos alfabetos carolino e gótico maiúsculo redondo. A maioria das ocorrências (85%) encontra-se em silhares e aduelas incorporados nos arcos da ponte actual. No entanto, a grande maioria dessas marcas, por comparação com marcas semelhantes existentes em outros monumentos, tem cronologia compatível com a época da construção da ponte medieval. Na sua maioria, os tipos mais frequentes na ponte actual aparecem também na ponte medieval. Somos assim levados a concluir que os silhares e aduelas provenientes da demolição da ponte medieval foram reaproveitados na construção da ponte actual.

Abstract The Vouga bridge was built in the 13th century and then rebuilt by João III, João V and Maria I. The bridge deck was raised and extended to face the growing silting up of the river. De-silting in the second half of the 20th century brought to light structures remaining from the medieval bridge showing that it had at least 10 arches / 150 m. In this article, the numerous glyphs that exist throughout the bridge, both in the remains of the medieval bridge and in the bridge that was later built over the medieval bridge, are studied. It was possible to detect 495 such glyphs, almost all of them alphabetically based. Considering their similarities and differences, these occurrences were organized in 109 types. Paleographically, these glyphs predominantly reflect Carolingian and Gothic (capitals) influences. Most of them (85%) are found in the ashlar and voussoirs of the arches of the current bridge. However, the vast majority of the glyphs, by comparison with similar glyphs existing in other monuments, have a chronology compatible with the time of the construction of the medieval bridge. Moreover, many of the most frequent glyph types in the current bridge also appear in the medieval bridge. Therefore, we are led to conclude that the ashlar and voussoirs obtained from the demolition of the medieval bridge were used to build the current bridge.



1. Introdução

Das pontes antigas ainda existentes sobre o rio Vouga, a primeira que encontramos, partindo da foz, é a ponte localizada junto à antiga vila de Vouga, na freguesia de Lamas, c. Águeda. Terá sido construída no século XIII, como veremos. A ponte de Vouga é de longe a maior e mais importante ponte antiga existente no curso do rio Vouga. Das pontes antigas existentes em todo o distrito de Aveiro, esta é a mais importante do ponto de vista histórico e monumental (Lopes, 2018). A ponte de Vouga é também a principal ponte histórica ainda existente no caminho entre Lisboa e Porto. Chegou ao século XX com 16 arcos e cerca de 225 m de comprimento. A antiquíssima ligação viária entre as cidades do Porto e Coimbra, embora tenha sofrido alterações de traçado ao longo dos séculos, seguiu sempre a mesma directriz (Baptista, 1942; 1948; Lopes, 1994; Mantas, 1996; Lopes, 2000; Ferreira, 2008, pp. 72–90). O cruzamento dessa via com o rio Vouga sempre se fez no local onde foi implantada a referida ponte (Madahil, 1941, p. 229; Lopes, 2000; 2018). É do cruzamento das duas importantes vias, a fluvial e a terrestre, que nasce a importância viária da ponte e a importância estratégica do local. Esta importância estratégica foi aproveitada e reforçada em época pré-histórica pela instalação de um povoado num monte ou cabeço localizado na confluência do rio Marnel com o rio Vouga. Era o *oppidum Talabriga* na Época Romana e a *civitas, castellum* ou *castro* Marnel na época da Reconquista Cristã (Madahil, 1941;

Baptista, 1950; Lopes, 1995; 1996; 2000; Alarcão, 2004; Ferreira, 2008). Nos princípios da nacionalidade, formou-se um novo povoado no sopé desse monte, que um documento do século XIII designa como “*Rua de Vouga*” (Conde da Borralha, 1936, p. 287). Documentos posteriores, dos séculos XIII e XIV referem-se a este povoado como “*burgo de Vouga*” (Ribeiro, 1810–1836, I, doc. 36, p. 243-246; Silveira, 1943; *Chancelarias*, Afonso IV, I, doc. 156 e 131). Aqui funcionou a sede do território medieval conhecido como “*terra de Vouga*”, herdeiro directo da Talabriga romana.

No início do século XX, a ponte estava assoada quase até aos arranques dos arcos (Fig. 1). Nesta época, o rio tinha dois leitos na zona da ponte, formando uma grande ilha de areia ao centro (Baptista, 1958, p. 314). Os dois leitos do rio ainda são visíveis na figura. O leito antigo passava nos arcos 9.º e 10.º a contar de sul. O novo leito passava nos arcos 2.º e 3.º a contar de sul. A ilha de areia estendia-se aos arcos 5.º a 8.º. Por volta de 1930, segundo uma peça desenhada da Junta Autónoma de Estradas a que tive acesso (Infraestruturas de Portugal SA, Arquivo Histórico, PT/JAE/DSPT/132/351), o leito principal do rio estaria centrado no 2.º arco a contar de sul. No extremo norte, arcos 12.º a 14.º, o desenho evidencia uma depressão que será um vestígio do leito antigo, ainda que se localize mais a norte do que ele estava no início do século. O problema do assoreamento agravou-se ainda mais ao longo da primeira metade do século XX (Lopes, 2018).

Dos meados do século XX até ao presente, o

Fig. 1 – A ponte de Vouga, vista de sudeste, em 1908 (reproduzido de Inauguração do Caminho de Ferro do Valle do Vouga. Espinho-Vizeu-Aveiro [album fotográfico], 1908, n.º 13, Centro Português de Fotografia, Coleção Alcádia e Luís Viegas Belchior).

leito do rio afundou cerca de 4 m. Graças a esta reversão parcial do assoreamento, ficaram visíveis os pilares e arranques dos arcos de uma ponte mais antiga, nos quais assenta a ponte que chegou aos nossos dias.

Quem observar a ponte com alguma atenção facilmente identifica vestígios de quatro intervenções principais. No fundo do rio, estão os pilares e arranques dos arcos de uma primeira ponte. O que está para cima é predominantemente proveniente de uma reconstrução, que se traduziu numa significativa elevação do tabuleiro. Numa terceira intervenção, salienta-se a construção de três arcos no extremo sul da ponte. A quarta intervenção, já no século XX, consistiu no alargamento do tabuleiro em betão armado. No âmbito das intervenções realizadas no 2.º quartel do século XX, o primeiro arco do lado norte terá sido demolido, ou estará enterrado na rampa de acesso, ficando a ponte com 15 arcos e um comprimento aproximado de cerca de 220 m. Os poucos autores que se pronunciaram sobre a cronologia destas intervenções fizeram-no de forma sumária e manifestaram opiniões divergentes (Baptista, 1958; Gonçalves, 1959, pp. 24–25).

Um dos objectivos do presente artigo é precisamente contribuir para o estudo da cronologia das intervenções neste monumento. Trata-se de um contributo essencialmente baseado no estudo das numerosas marcas de canteiros que encontramos ao longo de toda a ponte. Sobre estas marcas, que são na sua maioria alfabéticas e localizadas nos intradorsos dos arcos, não encontramos na literatura mais do que breves referências.

Marcas semelhantes aparecem em numerosos edifícios civis, militares e religiosos, um pouco por todo o país e também por toda a Europa. Este tipo de marcas é essencialmente um fenómeno do final da Idade Média (Silva, 1868; Moreira, 1922; Sousa, 1926; 1965; Almeida, 1978, II, pp. 35–51; Charréu, 1995). Estas marcas são frequentemente designadas como siglas porque, de facto, muitas delas são compostas por uma ou mais letras, as quais se presume serem as letras iniciais de certas palavras ou nomes. Não raramente, estas siglas evoluíram para abreviaturas de nomes, apelidos, alcunhas, etc. (Sousa, 1926, p. 48) e até nomes completos, como por exemplo “Gomez [Martins]”, nas ruínas de Santa Maria do Carmo, Lisboa (Sousa, 1965, p. 98). Tanto quanto se sabe, a prática da inscrição de

marcas e siglas na silharia dos edifícios surgiu no século XII, em plena vigência da arte românica. Em Portugal, o mais antigo monumento a documentar amplamente esta prática é a sé velha de Coimbra, onde as marcas mais antigas, localizadas junto ao portal, deverão datar de 1162–1182 (Almeida, 1978, II, pp. 44–45). A época áurea desta prática situa-se nos séculos XIII a XV, que coincide *grosso modo* com a época de vigência da arte gótica. Estas marcas podiam ser simples sinais, representações de objectos, letras, abreviaturas e nomes. A partir do século XVI, raramente se documenta a inscrição de tais marcas na silharia dos edifícios (Sousa, 1926, p. 49).

As siglas e marcas dos edifícios medievais têm semelhanças com as marcas individuais, e nomeadamente com as marcas de posse, observadas em outros contextos (Peixoto, 1909, pp. 222–223). Os conceitos de selo e brasão derivam naturalmente desse conceito original de marca individual (Almeida, 1978, II, pp. 35–39). É hoje consensual que as marcas existentes nos edifícios medievais, e que não têm um objectivo técnico óbvio, eram utilizadas pelos canteiros para identificar o trabalho por eles realizado, permitindo a contabilização desse trabalho e o cálculo do respectivo pagamento (Silva, 1868, pp. 6–9; Figueiredo, 1887, p. 180; Peixoto, 1909, p. 219; Sousa, 1926, p. 48). As siglas dos canteiros estão especialmente presentes em edifícios civis e militares dos séculos XIV e XV, onde se presume que terá sido dominante a regra do trabalho pago à peça (Almeida, 1978, II, pp. 45–46).

Ao longo do tempo, terá crescido o predomínio das formas alfabéticas e ideográficas (Almeida, 1978, II, p. 46). O estudo da ausência/raridade, presença/abundância e características destas marcas pode fornecer informação muito relevante para a datação dos edifícios (Almeida, 1978, II, p. 35).

Entre os edifícios civis medievais em que encontramos marcas e siglas de canteiros, contam-se diversas pontes. A grande ponte de Ponte de Lima, aproximadamente contemporânea da de Vouga, está amplamente siglada. Rocha Peixoto, que publicou 102 dessas siglas, deixou-nos o seguinte resumo:

taes marcas são: letras maiusculas e minusculas; algumas incompletas e até tam imperfeitas que lembram certos

caracteres que os analfabetos tentam por cópia; outras, mal traçadas, como é frequente vêr-se na escripta popular; certas invertidas, excluindo mesmo as que podem ser vistas em posição indevida; algumas, então, floreadas como os SS, na factura das quaes é fácil vêr comprazerem-se as pessoas quase incul-tas. Há ainda os algarismos – e sabe-se que muitos artifices só escrevem os dez signaes da numeração árabe. Temos, por fim, os traços paralelos, os angulos, os triangulos, os rectangulos, as cruces, as ingenuas combinações, como em toda a arte popular, das linhas rectas, curvas e mixtas (Peixoto, 1909, pp. 220–221).

Na mesma altura, o Pe. J. M. da Cunha Brito procedeu a um inventário mais completo, acrescentando mais 159 siglas, que só viriam a ser publicadas duas décadas mais tarde (Pereira, 1929, pp. 32–38). No total, teremos aqui 261 siglas, mas há que notar que elas se repetem em diferentes posições e orientações, tendo algumas dessas diferentes ocorrências do mesmo desenho básico sido registadas como marcas diferentes pelos citados autores. Algumas dessas marcas diferem ainda em pormenores que poderão não ter sido intencionais. Os canteiros nem sempre se preocupariam em reproduzir rigorosamente as suas marcas (Sousa, 1926, p. 53; Figueiredo, 1887, p. 180, n. 2).

Existem marcas de canteiros em outras pontes medievais portuguesas, de norte a sul, mas ainda é escassa a informação disponível sobre essas marcas (Baptista, 1947; Baptista, 1958; Almeida, 1978, II, pp. 48–49; Bernardes, 2006, p. 17; Lemos & Nunes, 2013; Faure, 2017, p. 326; Romão, 2021, pp. 44–45, 84 e 113).

2. A construção da ponte no século XIII

Até à primeira metade do século XII, são escassas as referências a pontes na documentação portuguesa. É bem conhecido um documento do mosteiro de Lorvão que refere a construção de várias pontes por mestre Zacarias, oriundo de Córdoba, em finais do século X. Essas pontes localizavam-se em rios pequenos e por isso não teriam mais do que um ou dois arcos (Gonçalves, 1967).

Dados os recursos disponíveis na época, a

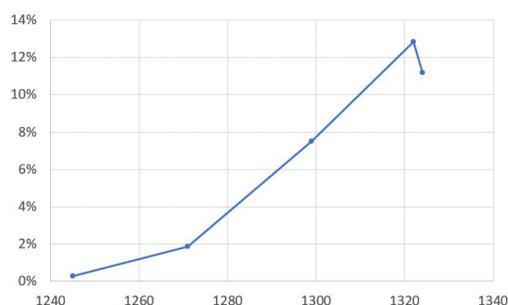
construção de pontes de grandes dimensões podia facilmente prolongar-se por décadas. Pensa-se, por exemplo, que a construção da ponte de Coimbra, sobre o Mondego, iniciada por D. Afonso Henriques em 1132, só terá sido terminada no século XIII (Loureiro, 1874, pp. 90-94; Vasconcelos, 1894, pp. 134–137, em nota, e 174–179)¹. Remonta também ao reinado de D. Afonso Henriques a construção, nas vizinhanças de Lamego, de uma ambiciosa ponte sobre o rio Douro. No seu testamento de 1179, o primeiro rei consignou um legado de 3000 morabitinos para essa ponte, montante que representa 7% do total dos legados consignados neste testamento (DR/I 334). A ponte do Douro nunca terá sido concluída. Ainda no reinado de D. Afonso Henriques, mas por iniciativa da rainha Dona Mafalda, foi iniciada a construção de uma ponte sobre o rio Tâmega, junto a Canaveses². Tratava-se de uma elegante ponte de sete arcos, infelizmente já demolida.

Convém notar que, no primeiro século da sua história como país independente (1139–1256), Portugal tinha a sua capital em Coimbra. Os recursos canalizados para Coimbra não seriam igualmente canalizados para outras regiões do país. Em alguns documentos que referem doativos para a ponte de Coimbra, não encontramos doativos para outras pontes. É o caso dos seguintes testamentos: Teresa Rabaldes, 1138 (LP 309); Maria Gonçalves, 1156 (LP 279); D. Sancho I, 1210 (Provas, I, doc. 10, p. 19); e Dona Constança Sanches, 1269 (Provas, I, doc. 11, p. 23). O testamento de D. Sancho I dá-nos um exemplo especialmente eloquente. O rei deixou numerosos legados para sés, mosteiros, ordens militares, igrejas, albergarias, etc., mas, quanto a pontes, apenas contemplou a de Coimbra, com um legado de 1000 morabitinos. A região do Baixo Vouga evidenciava nesta época um grau de desenvolvimento muito inferior ao da região em volta de Coimbra. Apenas nas proximidades do castelo do Marnel, centro político-administrativo do Baixo Vouga, e ao longo da estrada mourisca, se registava um bom grau de desenvolvimento. É, por isso, significativo que não consigamos documentar a existência de pontes nessa área. Na documentação anterior a meados do século XIII mais directamente relacionada com o Baixo Vouga, não são conhecidas quaisquer referências à existência de pontes nessa região (Ferreira,

¹ Ultimamente, foi levantada a dúvida se realmente a ponte de Coimbra terá demorado tanto tempo a ser construída, ou se as notícias disponíveis se referem a sucessivas reparações (Alarcão, 2008, pp. 145–148; 2012, pp. 18–21).

² No seu testamento, a própria rainha referiu: “Leixo o meu passo de Canavezes, que eu figi, em que pousey em quanto mandei fazer a ponte de Sobre o Tamega, a qual morada de passos leixo por espirital” (Vasconcelos, 1935, p. 23).

Fig. 2 – Evolução do peso dos legados para pontes, em percentagem dos legados totais, nos testamentos régios de D. Sancho II, D. Afonso III e D. Dinis.



2008, pp. 81–88). Estes factos tornam plausível a hipótese de não terem existido pontes na região até ao século XII ou mesmo até à primeira metade do século XIII (Baptista, 1947, p. 83; Lopes, 2018).

Não podemos, porém, ignorar várias indicações sobre alterações introduzidas no traçado da estrada mourisca, que ligava o Porto a Coimbra e aos territórios do sul, entre a segunda metade do século XII e a primeira metade do século XIII (Lopes, 1994, pp. 88–102; 2000, pp. 228–238). Com efeito, quer as referências documentais a estradas, quer a própria evolução da estrutura do povoamento, fazem crer que foram introduzidas diversas alterações ao traçado da estrada mourisca com o objectivo de a tornar mais rectilínea e, portanto, mais curta. Nesse contexto, ter-se-á certamente equacionado a construção de pontes sobre os rios Águeda e Vouga, e sobre outros rios mais pequenos, como o Marnel e os sucessivos afluentes na margem direita do Cértoma. Por outro lado, ao longo do século XIII, o investimento em pontes parece ter crescido e os testamentos régios passam a incluir legados para as pontes do reino, e não apenas para uma ou outra ponte específica. D. Sancho II deixou uma quantia irrisória, 200 morabitinos, para reparação de pontes (Brandão, 1632, doc. 24, fl. 278). D. Afonso III, no seu testamento de 1271, deixou 1000 libras para “construção de pontes”, quantia que representa apenas 2% do total dos legados testamentários deste rei (Brandão, 1632, doc. 36, fl. 285; Mota, 2011, p. 69). No seu primeiro testamento, datado de 1299, D. Dinis deixou 4000 libras “para fazer pontes, e para refazer as que maas som”, nomeadamente para “obras de pontes caidas” (Brandão, 1650, doc. 34, fl. 329v e 330v). Em 1322, no segundo testamento, o mesmo rei elevou para 10 000 libras o seu legado para pontes (Provas, I, doc. 11, p. 100), mantendo-o no

terceiro e último testamento, datado de 1324 (Brandão, 1672, p. 585). O peso dos legados para pontes nos testamentos de D. Dinis oscila entre 7% e 13%, o que revela bem a importância que o rei lavrador atribuía a este tipo de obras. Parece, aliás, datar deste reinado o impulso essencial ou decisivo para a construção da ponte de Ponte de Lima (Reis, 2001). A Fig. 2 apresenta a evolução dos legados para pontes nos testamentos régios desta época, em percentagem dos legados totais.

Considerando quer o contexto local/regional relacionado com a estrada mourisca, quer o contexto geral do reino, é natural que a construção de algumas das principais pontes do Baixo Vouga se tenha iniciado na primeira metade do século XIII, mas têm faltado referências concretas que confirmem essa hipótese. Recentemente, percorrendo os testamentos dos clérigos portugueses até ao primeiro quartel do século XIV, foi possível encontrar muitas referências a legados para pontes, e entre elas várias pontes localizadas no Baixo Vouga. O testamento mais antigo que nos dá aquela confirmação é anterior a 1239/06/25. Trata-se do testamento de Pedro Rodrigues, cônego de Coimbra, que morreu nessa data e deixou no seu testamento o seguinte legado: “unicuique pontium Colinbriensi, de Seira, de Agada, Vauga et de Alvia V morabitinos” (Testamenta, n.º 2.17, p. 262). Temos aqui, juntamente com três pontes localizadas na bacia do Mondego, duas outras pontes localizadas na bacia do Vouga, uma no próprio Vouga, e a outra no seu principal afluente, o rio Águeda. É agora inequívoco que a ponte de Vouga já existia, ou pelo menos estava em construção, na primeira metade do século XIII. No testamento de outro cônego de Coimbra, Martim Pais, datado de 1264/08/10, encontramos outro legado semelhante (Testamenta, n.º 2.27, p. 297). Ainda na mesma década, em 1268/03/08, fez o seu testamento Dom Egas Fafes de Lanhoso, arcebispo de Compostela, também com um legado para pontes, onde se vê alargado o conjunto de pontes em construção ou reparação: “ponti de Vauga XX libras, ponti de Agueda X libras, ponti de Almeara X libras, ponti de Seyra X libras, ponti de Alvia X libras, ponti de Alya V libras, ponti de Cogia V libras, ponti de Avoo V libras” (Testamenta, n.º 2.28, p. 309). Este registo é interessante a vários títulos: dá notícia de uma segunda ponte sobre o rio Águeda, a

ponte de Almeira, junto à foz do rio; clarifica que a ponte de Águeda dos legados anteriores se localizava onde depois se desenvolveu o lugar de Águeda, e não em Almeira; e vê-se que a ponte de Coimbra não foi contemplada pelo arcebispo, o que poderá significar que estaria já concluída.

Nenhum destes legados foi até agora citado na literatura relativa às pontes de Vouga, Águeda e Almeira. O legado mais antigo que tem sido citado é o legado de Dom Gonçalo Gonçalves, chantre das sés de Coimbra e Porto. Aí, entre outras, são referidas as pontes do Vouga e do Águeda (CCSP, *Secunda Pars*, pp. 405, 407–408; Ferreira, 1890, p. 1979). O testamento do chantre tem sido situado no ano de 1262, mas foi entretanto apurado que a data correcta é 1282/04/14 (*Testamenta*, nº 7.6).

Na documentação mais directamente relacionada com a região do Baixo Vouga, a referência mais antiga a uma ponte existente nessa região, datada também de 1282, é precisamente uma referência à ponte do Burgo de Vouga:

Item Martim uilao, do burgo de Vouga, disse que a uinha d'Estevã Iohannes, d'a par da ponte, e a que aduba Pay Galego, d'a par da ponte, que son de quarta (Silveira, 1943, p. 82)

Atendendo às referências citadas, a ponte de Vouga já estaria em grande parte (ou totalmente) construída em 1282. No entanto, ela continuou a ser contemplada em vários testamentos nas décadas seguintes (*Testamenta*, nºs 2.38, 2.42, 2.44, 2.45 e 7.9).

Na memória que elaborou em 1758, com informações para o *Dicionário Geográfico* que o Pe. Luís Cardoso estava a preparar, o pároco de Santa Maria de Lamas informou que existia, junto à vila de Vouga, uma grande ponte de cantaria que “foi fundada sobre outra antiga”³. Passado mais de meio século, um oficial inglês, que passou na ponte de Vouga em 1813/06/29, ainda viu as estruturas remanescentes dessa ponte mais antiga: “The lower bridge of the Vouga [...] is almost entirely obscured by the present one, which is built upon it” (An Officer, 1827, p. 200).

Em meados do século XX, estando o assoreamento do rio ao nível dos arranques dos arcos da ponte então em uso, nada estava visível daquela ponte mais antiga. Posteriormente, o



Fig. 3 – Intradorso de arco da ponte actual e arranque de arco da ponte medieval em P9A10.

rio desassoreou-se significativamente. Foi já no início do século actual que surgiram as primeiras publicações constatando e quantificando o abaixamento do leito do rio, apontando sumariamente o que estava de novo visível na ponte e juntando imagens elucidativas (Lopes, 2000, pp. 199–200 e figs. 2, 3 e 4; Ferreira, 2008, pp. 81–86). Nos arcos de maior vão, no centro da ponte, as diferenças de cotas entre os arranques dos arcos antigos e os arranques dos arcos actuais estão próximas dos 3 m. Era na cota dos arranques dos arcos actuais que se situava o leito do rio em meados do século XX. Do que se pode apreciar, a ponte antiga não teria pormenores decorativos elaborados. É, todavia, de referir que, pelo menos em alguns pilares, os arranques dos arcos assentam sobre cornijas, facto que é actualmente visível no 8.º pilar.

No resto do texto, utilizarei uma numeração dos 15 pilares e 16 arcos da ponte existente no início do século XX, contando de sul para norte, e utilizarei um sistema simplificado para os identificar (Lopes, 2018):

- A1 refere-se ao 1.º arco a contar de sul;
- P1 refere-se ao 1.º pilar a contar de sul, localizado entre A1 e A2;

³ ANTT, *Memórias Paroquiais, Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, vol. 19, n.º 40. A palavra “antiga” aparece acrescentada sobre a linha.

Fig. 4 – Arcos A4 a A9, vistos de nordeste, em 1999 (fotografia do autor); actualmente, falta o pilar P7, entre A7 e A8.



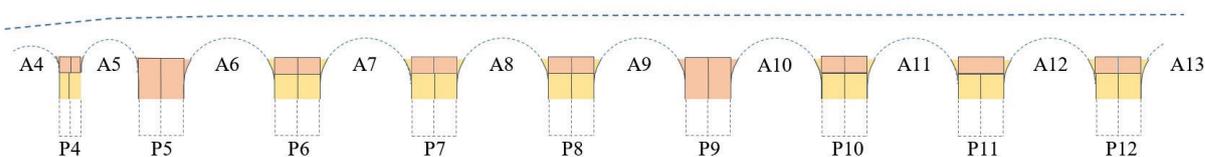
- P1A1 e P1A2 referem-se respectivamente às faces sul (A1) e norte (A2) de P1, incluindo os respectivos intradorsos de A1;
- E assim sucessivamente até P15 (P15A15, P15A16) e A16.

Os arranques dos arcos da ponte antiga estão actualmente visíveis em 8 pilares, de P4 a P6 e de P8 a P12 (Figs. 3, 4 e 5). Existem vestígios mais ou menos notórios dos arranques nos dois lados de cada um desses pilares. Também existiam e estavam visíveis os arranques dos arcos antigos em P7, pilar que ruíu em 2011. Os arranques em A5 são os que estão menos perceptíveis, mas ainda assim é possível detectar silhares com uma certa inclinação na face superior. Portanto, a ponte antiga tinha, pelo menos, os 9 pilares referidos e 10 arcos (em A4 a A13).

Os 7 arcos grandes, de A6 a A12, atingem cerca de 10 m de comprimento. O comprimento do actual A5 é de cerca de 5,95 m. O comprimento do arco antigo em A5 era semelhante. Por sua vez, o actual A4 tem um comprimento de 6,45 m. No entanto, existe um desalinhamento vertical entre a face P3A4 actual e a antiga P3A4, por uma diferença de 0,55 cm. Assim, se interpreto correctamente as estruturas existentes, o antigo A4 teria um comprimento de 5,90 m, quase igual ao do antigo A5. Em P3A4, existem várias marcas de canteiros semelhantes às que existem nos outros pilares e arcos mais a norte.

A maior parte dos pilares da ponte antiga, de P5 a P12, medem 4,8 m a 5,1 m na direcção longitudinal da ponte (espessura), e 3,95 m a 4,15 m na direcção transversal (largura, excluindo os talha-mares e contrafortes). P4, um pilar que suportava dois arcos pequenos, A4 e A5, tem uma espessura de apenas 2,6 m. Considerando a informação disponível sobre as dimensões dos arcos e pilares, a ponte medieval teria um comprimento total não inferior a 150 m.

As dimensões transversais dos pilares determinam a largura da ponte ao nível do tabuleiro, que seria de aproximadamente 4,05 m, em termos médios. A vizinha ponte do Marnel, que aparece designada como “*ponte nova*” em 1327 (*Chancelarias*, Afonso IV, I, doc. 131), tem uma largura um pouco maior, 5,05 m, guardas de 0,5 m e uma largura útil no tabuleiro de 4,05 m. Com guardas semelhantes, a largura útil na ponte de Vouga seria de 3,05 m, pouco mais ou menos. Curiosamente, na freguesia vizinha de Travaçô, e fazendo parte do presumível traçado da estrada romana entre *Aeminium* e *Talabriga*, ou pelo menos de uma variante importante dessa estrada, conserva-se um segmento de calçada escavada na rocha com cerca de 3,0 m de largura (Lopes, 2000, p. 244 e Fig. 11). As sucessivas intervenções na ponte de Vouga, até ao início do século XX, limitaram-se a altear e alongar o tabuleiro, sem nunca o alargarem (Fig. 1).



Como referi acima, a vila de Vouga foi a sede do mais antigo município do Baixo Vouga. A importância da ponte de Vouga era tal nesta região que o município acabou por adoptar, como seu símbolo heráldico, a representação de uma ponte. Isso mesmo se vê por um exemplar do “*selho do comselho d’terra de Vouga pendente*” de um documento de 1317, onde a figura central é precisamente uma ponte⁴. Este facto confirma a existência da ponte nesta data. A existência de um selo no município de Vouga está também documentada em 1290, numa “*carta seellada do seello pendente do juiz e conselho de terra de Vouga*”, mas o selo perdeu-se⁵. O selo representa a ponte com 6 pilares, o que pressupõe a existência de 7 arcos (Lopes, 2018). Ora, dos 10 arcos antigos identificados, 7 são confirmadamente arcos grandes. Os arcos antigos em A4 e A5 eram mais pequenos e o arco antigo em A13 seria provavelmente mais pequeno também, uma vez que se localizava já no extremo norte da ponte.

3. Reparações e reconstruções

É frequente a ideia de que os reis de Portugal pouco se preocupavam com as vias de comunicação. Todavia, na Idade Média, a corte era itinerante. O rei, os seus familiares, os oficiais superiores da corte e todo um séquito de funcionários andavam em constante movimento pelo reino (Gomes, 1995). Só isso já era razão suficiente para os reis se preocuparem com a manutenção das estradas e das pontes. No caso da ponte de Coimbra, uma das mais bem documentadas, sabemos que sofreu inúmeras reparações e reconstruções ao longo dos séculos XIV a XIX (Alarcão, 2012).

Na região do Baixo Vouga, a existência de oficiais com pelouros relacionados com as obras públicas, como é o caso das pontes, está bem documentada a partir de meados

do século XV. Em 1450/08/06, em carta dirigida aos julgados do arcediagado de Vouga, D. Afonso V nomeou Diogo Alvares de Lemos, morador em Recardães, para o cargo de escrivão das obras das pontes e caminhos nesse arcediagado, e a Gonçalo Brandão, morador em Lobão, para o cargo de vedor das mesmas obras (ANTT, Chanc. Afonso V, Liv. 11, f. 12v). Alguns anos depois, o vedor das pontes do arcediagado de Vouga era André Gil, sucedendo-lhe seu filho Diogo Barreto em 1469/12/14 (ANTT, Chanc. Afonso V, Liv. 31, fl. 128v). Quatro anos depois, Diogo Barreto renunciou ao cargo, sendo substituído por Fernando Cardoso em 1473//01/03 (ANTT, Chanc. Afonso V, Liv. 33, fl. 218). Em 1504/12/03, D. Manuel I nomeou Valentim Varela para o cargo de vedor das obras das pontes do Almojarifado de Aveiro e Arcediagado de Vouga (ANTT, Chanc. Manuel I, Liv. 23, fl. 41v). E em 1506/08/13, o mesmo rei nomeou Afonso Vaz, morador em Águeda, para o cargo de escrivão das pontes do arcediagado de Vouga, sucedendo a Nuno de Lemos que renunciara (ANTT, Chanc. Manuel I, Liv. 44, fl. 16). Estas referências mostram que o estado das pontes do Baixo Vouga era objecto de uma atenção continuada.

Situações de destruição parcial da ponte de Vouga e o progressivo assoreamento do rio foram obrigando a sucessivas intervenções. Em época posterior à construção inicial, os talha-mares e contrafortes foram alteados em vários pilares. Há também sinais claros de que o arco antigo em A9 terá sofrido uma reconstrução (Fig. 5).

Em 1552/12/24, através de um instrumento de Silvestre Martins, tabelião da vila de Vouga, o outorgante “*mestre Rianho, estante nesta villa [de Vouga], mestre que foy da obra da ponte da dita villa*”, concedeu perdão a um agressor (Viterbo, 1899–1922, I, n.º 373, p. 468). Em 1552, estaria portanto a decorrer, ou estaria já terminada, uma intervenção de restauro, reconstrução ou

Fig. 5 – Estrutura da ponte antiga de Vouga que foi possível observar: a amarelo a estrutura original ainda visível; a laranja, reconstruções e acrescentos ainda visíveis (Lopes, 2018).

⁴ ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2.º inc., mç. 91, n.º 4398; Lopes, 2000, p. 199 e fig. 1; 2018.

⁵ ANTT, Gavetas, Gav. XI, mç. 3, doc. 7, e Leitura Nova, Livro 11 da Estremadura, fl. 310v; já citado por Ferreira, 2008, p. 104..

ampliação na ponte de Vouga. É possível que algumas das alterações detectadas na estrutura da ponte medieval pertençam à obra de D. João III.

A ponte de D. João III deve ter-se mantido em utilização até ao início do século XVIII. Em 1708, o corógrafo Carvalho da Costa realçou o seu tamanho da ponte: “*tem sobre o Vouga huma ponte de pedra de muitos olhaes*”, frisando ao mesmo tempo que estava tão assoreada que “*em tempo de cheas se passa em barcos*” (Costa, 1706–1712, II, p. 161). Pouco depois, por volta de 1713, D. João V renovou ou reconstruiu a ponte, segundo uma inscrição que ainda se conserva, embora em mau estado.

Sobre as intervenções realizadas no século XVIII, Sousa Baptista começou por observar que, do lado sul, há “*dois olhais que, pelas suas dimensões e abertura de arco, parecem ter sido feitos por outro artífice*”. Referia-se a A2 e A3, os maiores arcos da ponte actual. Deu também notícia de uns recibos, datados de Maio e Junho de 1776, relativos ao pagamento do serviço da “*barca de passagem da vila de Vouga*”, e colocou a hipótese de “*os dois primeiros arcos do lado sul*” (aliás A2 e A3) terem sido acrescentados nessa altura. De resto, não encontrou sinais da obra de D. João III e atribuiu os restantes arcos da ponte a D. João V (Baptista, 1958, pp. 314–315).

Na mesma época, Nogueira Gonçalves apresentou uma interpretação bem diferente. Na sua opinião, apenas os três primeiros arcos do extremo sul seriam de D. João V. Os restantes 12 arcos ainda visíveis seriam de D. João III (Gonçalves, 1959, p. 25). Os dois autores coincidiram em situar os primeiros arcos grandes do lado sul numa intervenção posterior à que levantou o resto da ponte. A destriça entre o que pertence às intervenções realizadas nos séculos XVI e XVIII requer, obviamente, mais dados e mais reflexão.

A literatura de viagens é frequentemente fonte de informações preciosas. Ora, o cidadão inglês Richard Twiss visitou Portugal e Espanha em 1772–1773. A informação que registou sobre a sua passagem no Vouga, viajando de sul para norte, é verdadeiramente preciosa: “*We [...] ferried over the river Vouga, which is broad, shallow, and exceedingly transparent. Near the ferry is a stone bridge which had fifteen arches, but the two first are broken.*” (Twiss, 1775, p. 47). Outro cidadão inglês, o major William Dalrymple, cruzou o Vouga em 1774/09/30, também

em barca de passagem: “*(whence by Alvergueria, crossing the river Vouga in a boat)*” (Dalrymple, 1777, p. 128).

Por estes testemunhos, ficamos a saber que a barca de passagem já estava em funcionamento em 1773–1774, e que tal se devia ao facto de estarem arruinados os dois primeiros arcos da ponte, do lado sul. Pelos recibos de que deu notícia Sousa Baptista, sabemos que a barca continuava em funcionamento em 1776.

No arquivo da Câmara Municipal de Águeda, conserva-se um livro de contas do chamado “*Legado da Ponte de Vouga*” relativo ao período de 1780 a 1818 (Lopes, 2021). O legado era composto por uma terra que era arrendada em praça pública, por períodos curtos, e cujo rendimento era aplicado na manutenção da ponte. No fecho das contas de 1779, o saldo estava reduzido a \$128 réis, sinal de que terão sido feitas reparações nesse ano e/ou nos anos anteriores. Pelo livro consultado, vemos que foram feitas novas reparações em 1782, 1785, 1786, 1787, 1788, 1790 e 1791. Em 1785, “*por nesceitar a ponte de concerto nas ruinas do solho [= soalho, chão de madeira], se mandara o mesmo concertar*” (fl. 13). E, em 1788, foi feito “*novo barrotamento de parte do solho dos pacadiços*” (fl. 17). A ponte tinha portanto passadiços de madeira, construídos certamente como alternativa provisória aos dois arcos arruinados.

Entretanto, o alvará de D. Maria I de 1791/03/28 veio dar início à reforma das estradas do reino, começando pela estrada de Lisboa ao Porto, considerada a mais importante. Nesse alvará, encontramos referência à necessidade de “*reparos das pontes sobre os rios Voga e Marnel*” (Silva, 1828, p. 9). Por um aviso régio datado de 1791/05/18, ficou o provedor da comarca de Aveiro encarregado de examinar o estado da ponte de Vouga, individuando “*quantos arcos se achão inteiros e quantos arruinados, e se os pérgões de uns e outros estão seguros*”, e de orçamentar as reparações necessárias (*Jornal de Coimbra*, 28, pp. 222–223). Poucas semanas depois, por um aviso datado de 1791/07/07, e tendo o provedor entretanto dado conta do “*estado de roína da ponte de Vouga e do que hera necessário para sua reparação*”, foi atribuída uma verba de 6.000\$000 réis para a reparação e que “*se proceda a esta obra sem perda de tempo*” (Arq. H.D. Porto de

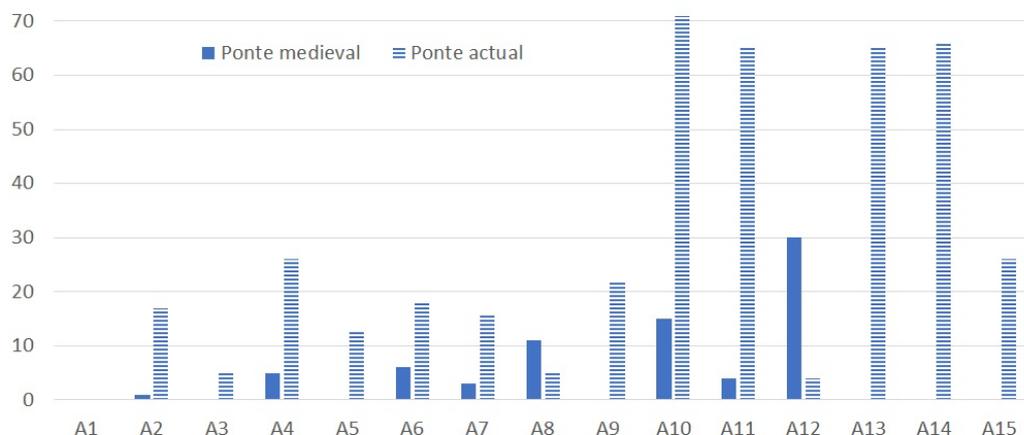


Fig. 6 – Distribuição das ocorrências de marcas nos arcos da ponte.

Aveiro, Superintendência da Barra de Aveiro, Liv. 1, fls. 61v–62). Os três arcos no extremo sul da ponte, reconhecidamente posteriores ao resto da ponte actual, foram certamente construídos nesta altura, em substituição dos dois que já em 1773 estavam arruinados. A ponte, que era de 15 arcos, segundo Twiss, passou então a ter os 16 arcos que ainda existiam no início do século XX, e o seu comprimento total aumentou cerca de 30 m (Lopes, 2021).

4. Marcas de canteiro

Encontramos numerosas marcas ao longo de toda a ponte de Vouga. Sobre elas, não existem na literatura mais do que breves referências (Gonçalves, 1959, p. 25; Ferreira, 2008, p. 86). As marcas encontram-se essencialmente nos intradorsos dos arcos das duas pontes, a actual e a antiga. Uma pequena minoria das marcas existentes encontra-se em superfícies planas, nomeadamente nos pilares, talha-mares e contrafortes, e nas faces laterais das aduelas. Nesta secção, procede-se ao estudo destas marcas.

A inventariação da maior parte das ocorrências de marcas foi realizada entre Setembro de 2020 e Abril de 2021. Nos três arcos situados no centro do leito do rio, nomeadamente A6 e o que resta de A7 e A8, não foi possível proce-

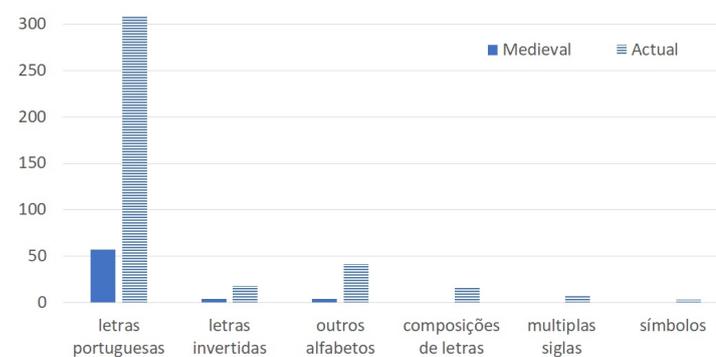


Fig. 7 – Frequências de ocorrência globais das diferentes categorias de marcas.

der a qualquer inspeção *in loco*. Em Agosto de 2021, graças a uma drástica redução no caudal do rio, foi finalmente possível inspecionar devidamente os arcos centrais. Nessa altura, todavia, o presente volume já tinha entrado em produção. Ainda foi possível actualizar o texto, mas não foi possível actualizar algumas figuras (nomeadamente as Figs. 8, 13, 15 e 17). As actualizações necessárias são, felizmente, muito pontuais, e serão referidas ao longo do texto. Foi também acrescentada a Fig. 21, com algumas marcas adicionais, apenas detectadas em agosto de 2021.

4.1. Visão global

Até Abril de 2021, foi possível detectar 393 ocorrências de marcas, das quais 27 se encontram nas estruturas remanescentes da ponte antiga. A existência destas marcas na ponte antiga permite atribuir-lhe uma cronologia medieval. Ainda assim, não é de excluir uma origem romana, que deve ser procurada sobre-

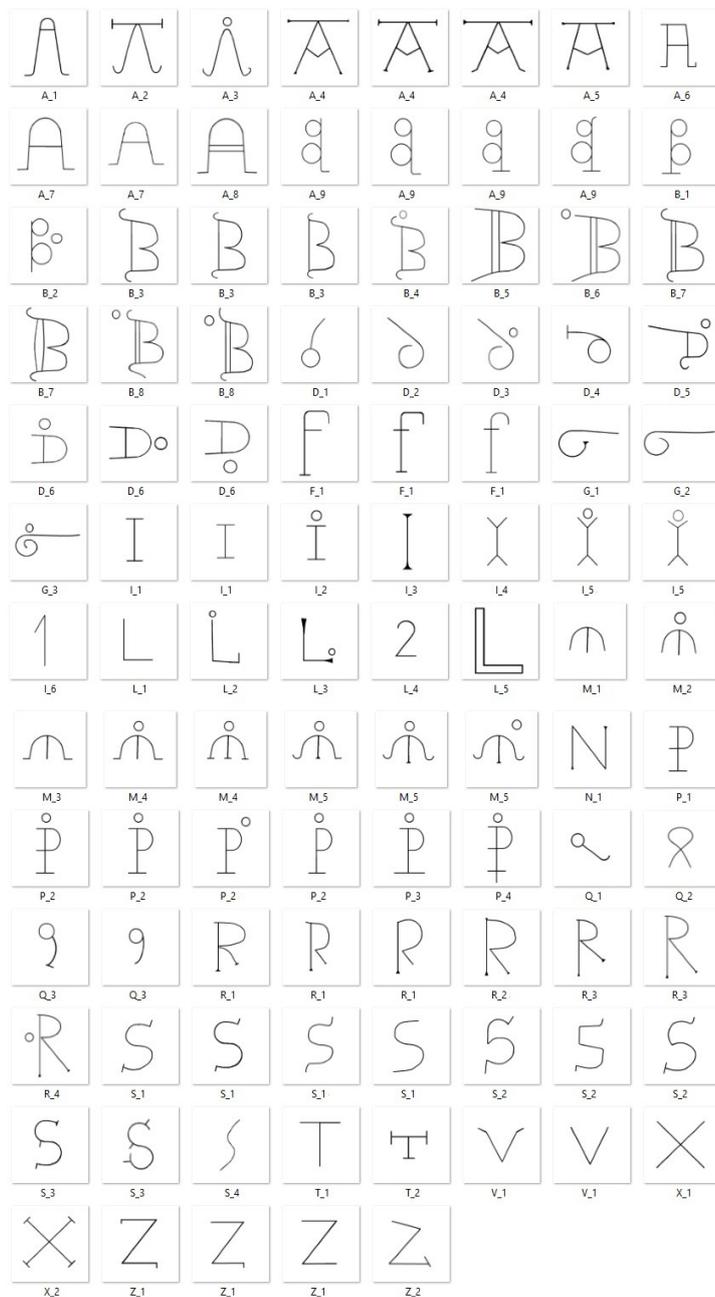


Fig. 8 – Tipos de marcas compostas por uma letra portuguesa e eventualmente um sinal de abreviatura detectados até Abril 2021.

tudo nas estruturas onde não existem marcas de canteiros. Nos extremos da ponte, a norte e a sul, não estão visíveis os pilares nem os arranques dos arcos da ponte medieval eventualmente existentes, não podendo por isso ser reportada a existência de marcas. Não foi possível reconstituir de forma suficiente a morfologia de 13 das 393 marcas detectadas. Algumas das figuras e diagramas apresentados na continuação baseiam-se nas restantes 380 ocorrências.

As visitas feitas à ponte em Agosto de 2021 permitiram inventariar as ocorrências de marcas no que resta dos arcos centrais (A5 a A9) e ainda no que resta do arco velho em P11A12. Foram assim inventariadas mais 102 ocorrências, das quais 48 se encontram nas estruturas remanescentes da ponte medieval. Apenas 12 das 102 ocorrências representam marcas não detectadas no trabalho realizado até Abril de 2021 (ver Fig. 21).

No total, temos 495 ocorrências, tendo sido possível identificar satisfatoriamente a morfologia de 462 delas. A Fig. 6 apresenta um histograma com as frequências de ocorrência de marcas em cada arco, incluindo também as faces respectivas dos pilares, talha-mares e contrafortes. Os arcos com maior número de ocorrências localizam-se na margem norte: A10 (86 ocorrências), A11 (69), A14 (66) e A13 (65). Em A5 a A9, arcos localizados no leito do rio, foram detectadas entre 13 e 24 ocorrências por arco.

Das 462 marcas com morfologia perceptível, 79% (365) são semelhantes a letras documentadas na epigrafia medieval portuguesa (“letras portuguesas”). Existem também marcas semelhantes a letras portuguesas invertidas em espelho, e outras marcas que parecem ser, ou poderão ser, letras de outros alfabetos. As marcas aparecem nas mais variadas posições e orientações nas faces visíveis dos silhares e aduelas. Nas figuras, elas são apresentadas na orientação que as permite reconhecer como letras. Das restantes marcas, algumas são siglas compostas por várias letras. Em alguns silhares e aduelas, foi detectada a co-ocorrência de várias siglas. O histograma da Fig. 7 apresenta as frequências de ocorrência globais das diferentes categorias identificadas.

4.2. Letras dos alfabetos epigráficos portugueses

Na sua maioria, as marcas detectadas correspondem a letras dos alfabetos usados na epigrafia medieval portuguesa. Para essa identificação, baseei-me na sistematização, cronologia e quadros de síntese propostos por Barroca (2000, I, pp. 36, 139–168). Este autor organizou as letras encontradas nas epígrafes medievais portuguesas em seis alfabetos principais:

- Alfabeto paleocristão, séculos V a VIII;

- Alfabeto moçárabe, séculos IX, 2.ª metade, a XII, 1.ª metade;
- Alfabeto carolino, séculos XI, 2.ª metade, e XII;
- Alfabeto carolino com influência uncial, séculos XI, finais, a XIII, 1.ª metade;
- Alfabeto gótico maiúsculo redondo, séculos XIII, 2.ª metade, a XV, 1.º terço;
- Alfabeto gótico minúsculo anguloso, século XV.

As ocorrências semelhantes a letras epigráficas medievais portuguesas, detectadas até Abril de 2021, foram organizadas em 65 grupos ou tipos. Para cada um desses tipos, são apresentados um ou mais exemplos representativos na Fig. 8. Algumas marcas, além da letra inicial, têm também um pequeno “o”, sinal de abreviatura. Nestes casos, a letra em tamanho maior será a inicial do nome e o “o” indica a terminação. Por exemplo “L^o” poderá significar “L(ourenç)o”.

Em Agosto de 2021, foram detectados três tipos adicionais, com apenas uma ocorrência cada um, identificados como I₈, P₆ e P₇ na Fig. 21. No total, temos 365 ocorrências de letras portuguesas, que correspondem a 79% das 462 ocorrências com morfologia perceptível. O histograma da Fig. 9 apresenta a distribuição do número de ocorrências de cada tipo, incluindo também as que foram detectadas em Agosto de 2021.

Para a identificação de algumas marcas como sendo variantes das letras “G” e “M”, foram ainda tidas em conta as três siglas apresentadas na Fig. 10, existentes em monumentos dos séculos XIII/XIV e XIV/XV. O “G” é inequívoco na terceira, aparecendo formas semelhantes, mas com traço gótico, nas outras duas, onde também faz sentido ler “G”. Também é inequívoco o “M” na primeira sigla, onde funciona como letra inicial de “Miz”, abreviatura de “Martins”.

Dado que as marcas podem aparecer em qualquer posição e orientação, alguns caracteres resultam ambíguos. Por exemplo, certas variantes de “A” confundem-se com certas variantes de “V”, e o mesmo entre “E” e “M” bem como entre “N” e “Z”. Nestes casos, optei pelo que me pareceu mais plausível. Por exemplo, entre o “N” e o “Z”, tive em conta a proporção entre altura e largura. Um “V” típico foi considerado “V” e não “A”. O “M” aparece quase sempre com o sinal de abreviatura, “o”, o que me levou

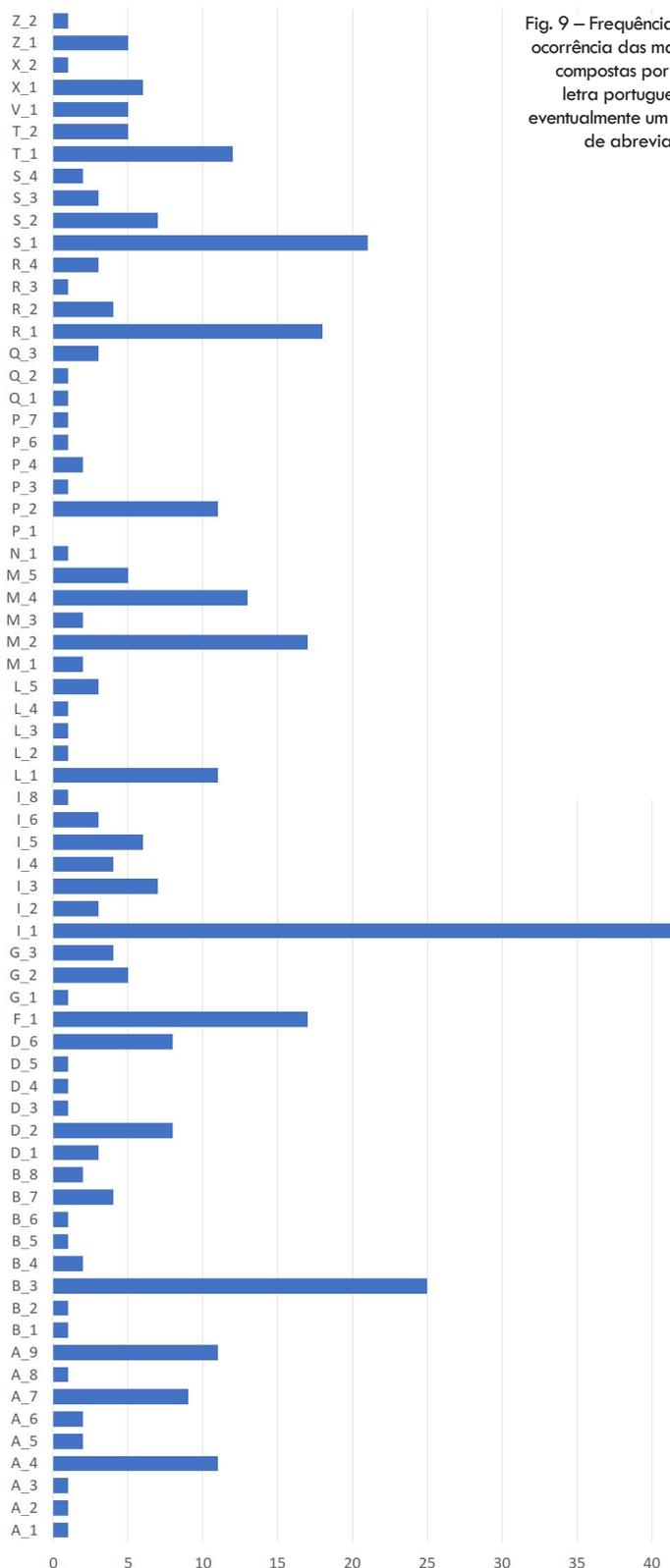


Fig. 9 – Frequências de ocorrência das marcas compostas por uma letra portuguesa e eventualmente um sinal de abreviatura.

a descartar a interpretação “E”. Será talvez a sigla de um Martinho.

Para cada tipo, foi também avaliada a seme-

Fig. 10 - Marcas alfabetiformes compostas observadas em outros monumentos. Da esquerda para a direita: "G^o Miz" [Gonçalo Martins], na igreja de São Salvador do Mundo, Sobral de Monte Agraço, séculos XIII/ XIV (Jorge, 1979, p. 11; Matos, 2014, fig. 36); "Gz L^o" [Gomes Lourenço], na galilé do paço de Estremoz, séculos XIII/ XIV (Chaves, 1917, p. 229; Charréu, 1997, p. 137); "Gomez", na igreja do Carmo, Lisboa, séculos XIV/ XV (Sousa, 1965, p. 98)



lhança com as letras das escritas referidas acima e foi contabilizada a existência de uma semelhança relevante, não só quando se verificou uma semelhança global elevada, mas também quando existe uma característica comum marcante e não existe uma diferença marcante. É o caso das letras A₁, A₂ e A₃, onde, apesar de certos pormenores divergentes, sobressai a forma geral de "V" invertido que foi frequente até ao século XII. Nestas três marcas, foi considerada a existência de semelhança relevante

com o "A" dos três primeiros alfabetos. Outra característica marcante, a presença do duplo traço, levou a contabilizar, para as marcas A₈, B₅, B₆, B₇, B₈ e L₅, a existência de semelhança relevante com o gótico maiúsculo. A marca A₉ não

tem semelhança elevada com nenhuma das formas incluídas nos quadros de síntese de Mário Barroca. No entanto, faz vagamente lembrar uma forma do "A" na escrita carolina com influência uncial e no gótico minúsculo, tendo sido contabilizada dessa forma.

Para aferir as influências das diferentes escritas ou alfabetos, as semelhanças foram avaliadas usando a seguinte escala: 3 = semelhança muito relevante; 2 = semelhança relevante numa característica marcante, mas algumas diferenças relevantes; 1 = algumas semelhanças e diferenças relevantes. Feita esta avaliação para cada tipo representado na Fig. 8, multiplicando pelo número de ocorrências em cada tipo, e somando para todos os tipos, obteve-se o histograma da Fig. 11. Deste histograma resulta que as letras que compõem as marcas existentes na ponte de Vouga evidenciam sobretudo influências das escritas carolina e gótica maiúscula, sendo mais relevante a primeira.

Numa categoria à parte, foram colocadas as marcas que aparentam ser letras epigráficas portuguesas invertidas em espelho. Estão aqui incluídos 10 tipos, que organizam as 22 ocorrências detectadas (5% do total).

Fig. 11 – Influência dos diferentes alfabetos epigráficos medievais portugueses nas marcas de canteiros existentes na ponte de Vouga, considerando os 66 tipos identificados até Abril de 2021 (no eixo vertical, mede-se a semelhança acumulada).

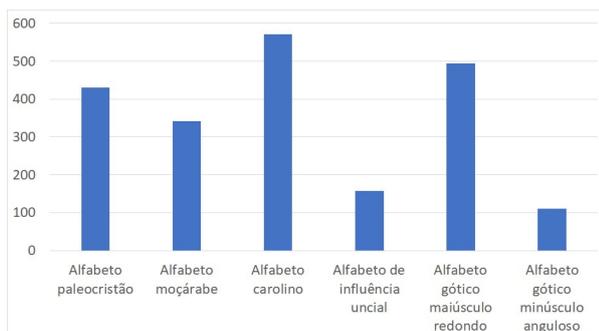


Fig. 12 – Marcas compostas por uma letra invertida e eventualmente um sinal de abreviatura.

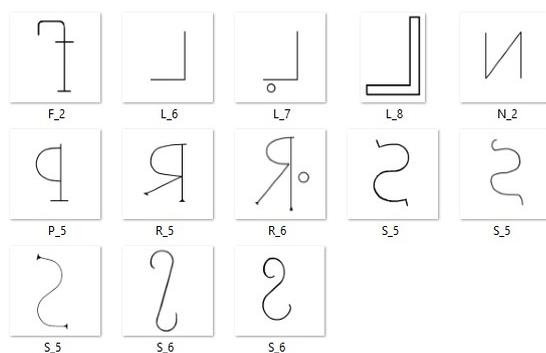
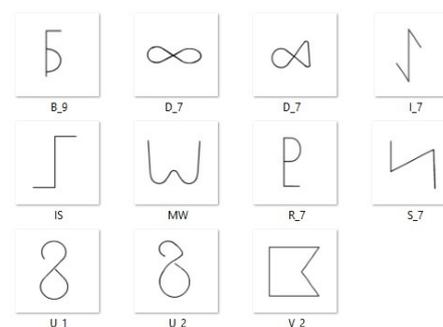


Fig. 13 – Marcas que poderão ser letras de outros alfabetos.



4.3. Outras marcas

As restantes ocorrências foram divididas em quatro categorias. Algumas marcas compostas por um único sinal ou caractere não parecem ser enquadáveis nos alfabetos usados na epigrafia medieval portuguesa. Convém, todavia, não descartar a possibilidade de algumas marcas, que não identificamos imediatamente como letras, sejam ainda assim letras, mas de outros alfabetos, como o grego, o hebraico, o rúnico ou até o cirí-

lico (Moreira, 1922). A Fig. 13 apresenta sinais para os quais se admite uma filiação em outros alfabetos. Estão aqui incluídos 10 tipos, que organizam as 44 ocorrências detectadas (10% do total).

Intrigou-me especialmente a marca identificada na figura como V_2 , da qual foram detectadas 21 ocorrências. Ela faz lembrar um pouco o “B” rúnico (Fig. 14, 1.ª linha, 1.º caractere), mas é no “V” cirílico medieval que encontramos formas quase idênticas a V_2 . Para esta comparação, baseio-me em abecedários dos séculos XI a XIII, inscritos em pedaços de casca de bétula e encontrados na Rússia, sobretudo em Novgorod (Artsikhovskij, 1963, doc. 199, pp. 17–20; Janin, 1986, doc. 591, pp. 52–56)⁶. Por sua vez, as marcas B_9 , R_7 e U_1/U_2 são semelhantes ou mesmo muito semelhantes ao “B”, “R” e “Ü” cirílicos, respectivamente. No “T” cirílico medieval, sobressai a dimensão dos remates nas três extremidades, muito semelhante ao que vemos na marca T_2 (Fig. 8) da ponte de Vouga.

Quanto a uma eventual influência rúnica, há que referir que a marca I_7 é idêntica ao “i” rúnico, e que a marca IS poderá talvez ser uma variante da mesma letra. Por sua vez, a marca S_7 é praticamente idêntica ao “S” rúnico. Finalmente, a marca D_7 é algo semelhante ao “D” rúnico (Cardim, 1928; Troeng, 2003). Em Agosto de 2021, foram detectadas duas ocorrências da marca A_{10} (ver Fig. 21), semelhante ao alfa grego minúsculo e também algo semelhante ao “O” rúnico.

Estas marcas com provável origem em outros alfabetos repetem-se em outros locais. Enumero alguns aqui sem pretensão de ser exaustivo:

- “B” rúnico – nas muralhas de Trancoso, c. 1370 (Moreira, 1922, est. VIII).
- “D” rúnico / D_7 – no interior da igreja da misericórdia do Sabugal, séculos XII/XIII (Osório, 2016, pp. 50–51); na torre de menagem de Vila Maior, início do século XIV (Magro, 2011, n.º 17, p. 172); e na ponte de Ponte de Lima, séculos III–XIV (Peixoto, 1909, p. 221; Pereira, 1929, p. 32); na igreja de Boelhe, segunda metade do século XIII (Guedes, 2019, pp. 92–93).
- “R” cirílico – nas muralhas de Trancoso, c. 1370 (Moreira, 1922, est. IX).
- “V” cirílico / V_2 – no interior da igreja da

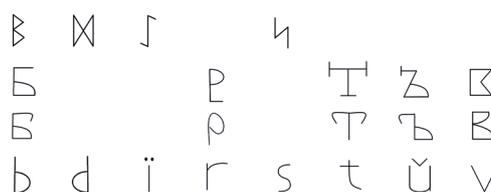


Fig. 14 – Algumas letras dos alfabetos rúnico (1.ª linha), cirílico medieval (2.ª) e cirílico moderno (3.ª) que apresentam semelhanças com algumas marcas da ponte de Vouga; a transliteração é dada na última linha.

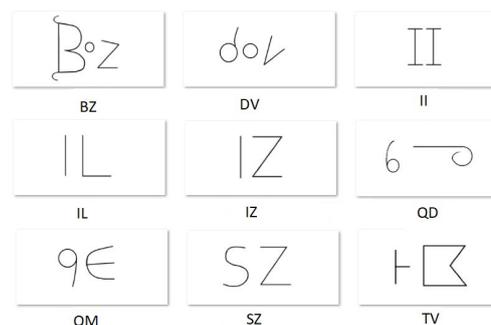


Fig. 15 – Marcas compostas por duas ou mais letras.

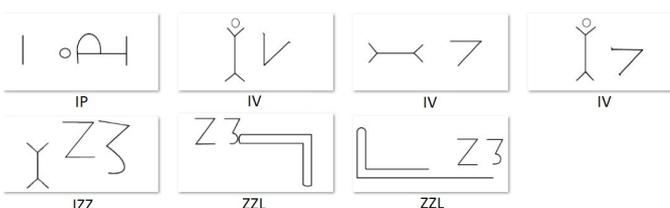


Fig. 16 – Co-ocorrência de marcas no mesmo silhar ou aduela.

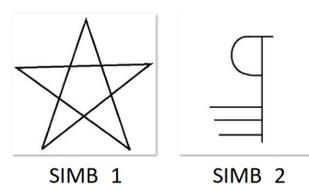


Fig. 17 – Marcas figurativas ou simbólicas.

misericórdia do Sabugal (Osório, 2016, pp. 50–51); na ponte de Ponte de Lima, séculos III–XIV (Peixoto, 1909, p. 221; Pereira, 1929, p. 34); nas muralhas de Trancoso, c. 1370 (Moreira, 1922, est. VIII).

Das restantes marcas, algumas resultam da combinação de várias letras (Fig. 15 e a marca IIL na Fig. 21). Na sua maior parte, estas marcas aparecem apenas uma vez cada uma. Em alguns silhares, foi detectada a co-ocorrência de várias siglas (Fig. 16). Num caso, temos a co-ocorrência de “I” com “V”, em posições e orientações relativas variadas. Noutro caso, temos uma sigla formada por um “Z” carolino e um “Z” uncial co-ocorrendo com um grande “L” com duplo traço, mais uma vez com posições e orientações relativas diferentes. Num terceiro caso, a referida marca com os dois “Z” co-ocorre com um “I”. Teremos talvez que

⁶ Existem centenas de fragmentos semelhantes, encontrados em Novgorod e outros pontos da Rússia, onde se pode analisar a variabilidade desta letra. Alguns desses fragmentos estão reproduzidos nas duas publicações citadas.

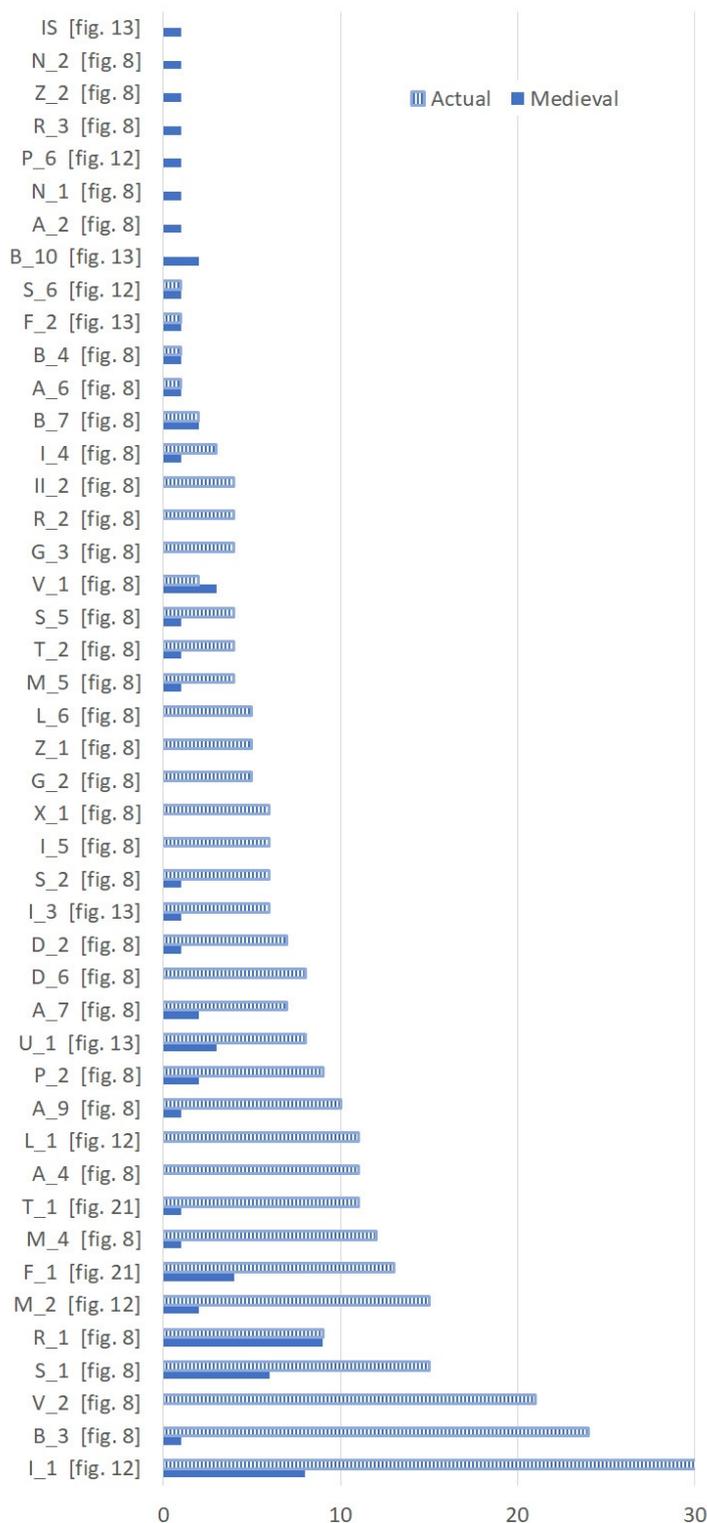


Fig. 18 – Frequências de ocorrência das marcas da ponte medieval e das marcas mais frequentes na ponte actual.

admitir que esta aparente co-ocorrência de siglas no mesmo silhar ou aduela será evidência da partilha de uma tarefa entre dois canteiros.

Todas as marcas até agora apresentadas têm

uma base alfabética mais ou menos plausível. Foram ainda detectadas três marcas de tipo puramente figurativo ou simbólico. Uma delas, detectada em P15A15, é um pentagrama (Fig. 17, SIMB₁). A outra, talvez elaborada a partir de uma letra, e detectada em P14A14, assume a forma de uma chave (Fig. 17, SIMB₂). Como é sabido, a chave foi uma das figuras que os canteiros frequentemente adoptaram como marca (Sousa, 1965, p. 100; Pereira, 1929, p. 34). A terceira, detectada em P3A4 e P6A6, representa uma besta (Fig. 21, SIMB₃).

Das marcas que viu na ponte de Vouga, Nogueira Gonçalves deixou apenas o seguinte resumo: “Grande número desses sinais pertence ao alfabeto gótico final, havendo-os geométricos e de outros tipos, como béstas, com que o canteiro medieval indicou a sua categoria, além das marcações de ordem de fiadas e de disposições de alvenarias” (Gonçalves, 1959, p. 25). Ao falar de “motivos geométricos”, creio que o autor se estaria a referir às marcas em que vejo possíveis influências de outros alfabetos. Por outro lado, apenas vi duas ocorrências da besta. Talvez o autor tenha visto os “M” frequentes nesta ponte e tenha interpretado que representariam bestas. Quanto a marcações de ordem, há de facto algumas marcas que podemos identificar como algarismos árabes, mas que ocorrem em tão reduzido número que parece mais plausível procurar uma identificação alfabética, tanto mais que a numeração árabe era pouco usada na Idade Média. Refiro-me às marcas I₆, L₄ e Q₃ (Fig. 8) e D₇ (Fig. 13). A primeira tem aparência de um “1”, mas pode igualmente ser um “l”. A segunda tem a aparência de um “2”, mas pode ser um “l” uncial. A terceira parece ser um “6” ou um “9” mas pode igualmente ser um “Q”. Finalmente, a última aparenta ser um “8”, mas convém não descartar a possibilidade de ser um “D” rúnico.

4.4. As marcas mais frequentes

Centremos agora a nossa atenção nas marcas mais frequentes, tendo em atenção se aparecem ou não nas estruturas remanescentes da ponte medieval e/ou na ponte actual. No histograma da Fig. 18, estão representadas todas as 33 marcas detectadas na ponte medieval

(75 ocorrências cuja morfologia não oferece dúvidas), e também as 30 marcas com pelo menos 4 ocorrências na ponte actual (que fazem um total de 288 ocorrências ou 73% de todas as ocorrências que não suscitam dúvidas na ponte actual). Vejam-se alguns exemplos nas Figs. 19 e 20. No total, estão representadas 45 marcas no histograma.

Verifica-se que 18 marcas estão representadas na ponte medieval e estão também entre as 30 mais frequentes na ponte actual. Essas 18 marcas comuns correspondem a 55% (=18/33) das marcas detectadas na ponte medieval e a 60% (=18/30) das marcas mais frequentes na ponte actual. Em termos de ocorrências, as percentagens são ainda mais significativas: 71% (=46/65) das ocorrências detectadas na ponte medieval representam marcas que estão entre as 30 mais frequentes na ponte actual; e 69% (=198/288) das ocorrências das marcas mais frequentes na ponte actual referem-se a marcas que também aparecem na ponte medieval. É de realçar, em particular, que as duas marcas mais frequentes na ponte actual (I_1 e B_{3r} , respectivamente com 34 e 24 ocorrências) estão também presentes na ponte medieval. A terceira marca mais frequente na ponte actual, com 21 ocorrências, é a marca V_{2r} , tentativamente identificada como um “V” cirílico. Embora esta marca não esteja comprovadamente representada na ponte medieval, é de referir que uma das marcas da ponte medieval com morfologia duvidosa poderá ser precisamente a marca V_2 . Na série das mais frequentes na ponte actual, seguem-se as marcas M_{2r} , S_{1r} , F_1 e M_{4r} , respectivamente com 15, 15, 13 e 12 ocorrências cada uma, as quais estão também presentes na ponte medieval.

4.5. Cronologia comparativa

Atendendo a que as marcas mais frequentes na ponte actual e ausentes na ponte medieval podem ser provenientes de reconstruções ocorridas nos dois séculos finais da idade média, ou eventualmente já no século XVI, convém aferir a respectiva cronologia por comparação com as siglas encontradas em outros monumentos com cronologia conhecida. Desta análise, podem todavia ser excluídas as marcas L_1 , T_1 , X_1 e Z_1 , cuja morfologia é razoavelmente intemporal. Centre-



mos assim a nossa atenção nas marcas A_{4r} , A_{9r} , D_{6r} , G_{2r} , I_{5r} , U_1 e V_2 . O Quadro 1 apresenta uma listagem de locais onde existem siglas que estão publicadas, e que são aqui usadas como termos de comparação. O Quadro 2 apresenta a informação cronológica que foi possível inferir, tendo por base os termos de comparação coligidos.

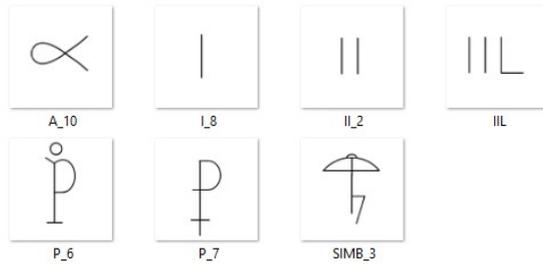
5. Discussão

Quanto à cronologia da ponte, o que se pode concluir das informações recolhidas? Nogueira Gonçalves, afirmou que a ponte actual seria essencialmente obra de D. João III e que apenas os três arcos no extremo sul seriam de D. João V. Não justificou explicitamente esta afirmação, mas percebe-se pelo correr do texto que levou em conta as seguin-

Fig. 19 – Marcas R1 e M2 no arranque do arco medieval em P12A12.

Fig. 20 – Marcas de canteiro no arco actual em P13A14.

Fig. 21 – Marcas adicionais detectadas em Agosto de 2021.



tes observações: (1). As diferenças evidentes entre os três primeiros arcos do lado sul, claramente mais recentes, e os doze restantes; (2). A (falsa) ideia de que a obra de D. João III se teria iniciado por volta de 1529 e se teria prolongado até 1552; (3). A existência de marcas de canteiro que considerou pertencentes ao alfabeto gótico final.

Com a obra a prolongar-se por duas décadas (1529–1552), seria bem plausível que ela tivesse consistido numa reconstrução total da ponte, com elevação do tabuleiro. Todavia, embora seja factual a realização de

uma intervenção por volta de 1552, como referi acima, não há qualquer prova de que D. João III tenha iniciado essa intervenção em 1529. Nessa data foi, de facto, iniciada a construção ou reconstrução de uma ponte sobre o rio Vouga, mas em São Pedro do Sul, e não em Lamas de Vouga (Lopes, 2018). Quanto às marcas, Nogueira Gonçalves observou que “*grande número desses sinais pertence ao alfabeto gótico final*”. Sabendo-se que as marcas de canteiro começaram a cair em desuso a partir do reinado de D. Manuel I, a presença de siglas ainda faria algum sentido numa obra iniciada em 1529, e neste caso seriam siglas de tipologia tardia. Ao desfazer-se o equívoco sobre 1529, o argumento (implícito) fica enfraquecido. De resto, considerando que o alfabeto gótico minúsculo anguloso predominou na epigrafia portuguesa ao longo de todo o século XV (Barroca, 2000, I, pp. 163–166), e que esse alfabeto está em larga medida ausente nas

Quadro 1 – Termos de comparação para a análise cronológica.

Ref.	Época	Local	Bibliografia
[1]	Século XII, finais	Roriz, mosteiro	Real, 1982, ext. XI
[2]	Século XII/XIII	Sabugal, igreja da Misericórdia, elementos de igreja pré-existente	Osório, 2016, pp. 50–51
[3]	Século XIII, início	Roriz, mosteiro	Real, 1982, est. XI
[4]	Século XIII, segunda metade	Santarém, mosteiro de São Francisco, igreja	Silva, 1868, est. XXII
[5]	Século XIII, finais	Moncorvo, muralhas	Silva, 1868, est. XIII
[6]	Século XIII/XIV	Almeida, castelo	Borges, 2000
[7]	Século XIII/XIV	Estremoz, castelo	Chaves, 1917, p.229
[8]	Século XIII/XIV	Estremoz, galilé do paço de D. Dinis	Chaves, 1917, p. 229; Charréu, 1997, pp. 137–138
[9]	Século XIII/XIV	Odivelas, mosteiro	Silva, 1868, est. XXIII; Figueiredo, 1887, est. XIX; Sousa, 1926, p. 49
[10]	Século XIII/XIV	Ponte de Lima, ponte	Peixoto, 1909, p. 221; Pereira, 1929, pp. 32, 34
[11]	Século XIII/XIV	Santarém, fonte das Figueiras	Teixeira, 1994
[12]	Século XIII/XIV	Sobral de Monte Agraço, igreja de S. Salv. Mundo	Jorge, 1979, p. 11; Matos, 2014, fig. 36–57
[13]	Século XIII/XIV	Trancoso, cerca muralhada	Moreira, 1922, fig. 2
[14]	Século XIV, início	Vila Maior, torre de menagem	Magro, 2011, pp. 156–184
[15]	Século XIV	Lisboa, sé, capelas	Sousa, 1926, p. 50
[16]	Século XIV, c. 1370	Trancoso, torres da cerca muralhada	Moreira, 1922, fig. 1
[17]	Sec. XIV, segunda metade	Ponte de Lima, muralhas	Pereira, 1929, pp. 35–37
[18]	Século XIV/XV	Lisboa, convento do Carmo	Sousa, 1926, pp. 50, 53
[19]	Século XV, meados	Ponte de Lima, igreja	Pereira, 1929, p. 35

Marca	Bastante semelhante	Semelhante, com pequenas diferenças	Cronologia inferida
A ₄	[9] [18]	[7] [15]	Final do século XIII até ao início do século XV
A ₉		[7] [11] [17]	Transição séculos XIII/XIV
D ₆	[8]	[7] [12]	Transição séculos XIII/XIV
G ₂	[1] [3] [10] [16]	[5] [9] [19]	Séculos XII a XV
I ₅	[4] [9] [12] [14] [17]		Séculos XIII e XIV
U ₁		[6]	Transição séculos XIII/XIV
V ₂	[2] [10]	[13]	Final do século XII até ao início do século XIV

Quadro 2 – Cronologia comparativa, para algumas marcas frequentes na ponte actual e ausentes na ponte medieval (as referências de semelhança remetem para os termos de comparação listados no quadro anterior).

siglas da ponte de Vouga, ficamos sem perceber o que o autor quis dizer com “alfabeto gótico final” neste contexto.

Pela avaliação feita acima (Fig. 11), as principais influências observadas nas marcas da ponte provêm, em primeiro lugar, da escrita carolina, e, em segundo lugar, do gótico maiúsculo redondo. Na epigrafia portuguesa, estes dois alfabetos foram usados essencialmente nos séculos XII a XIV. A segunda metade do século XIII, época em que terá sido concluída a ponte, foi uma época de transição, em que os alfabetos carolino e de influência uncial deram gradualmente lugar ao chamado gótico maiúsculo redondo. Assim, é sem surpresa que vemos serem essas as principais influências nas marcas da ponte. Da análise realizada na secção 4.5, resulta que as marcas mais frequentes na ponte actual também existem no remanescente da ponte medieval ou em outros edifícios da mesma época. Não encontrei na ponte actual nenhuma marca cuja tipologia pertença necessariamente a uma época posterior aos inícios século XIV. Assim, o mais plausível será que os silhares e aduelas com marcas existentes na ponte actual provenham da demolição dos arcos da ponte medieval inicial.

Como vimos, no início do século XVIII, a ponte já estava tão assoreada que, em tempo de cheias, a travessia do rio se fazia de barco. Na hipótese de a ponte então existente ser já a ponte actual, alegadamente construída por D. João III, mas ainda sem os três primeiros arcos do lado sul, ficamos com alguns factos pouco plausíveis ou com explicação menos evidente. Por um lado, será plausível que, em apenas século e meio, o rio se tivesse assoreado ao ponto de tornar inútil a ponte no tempo de cheias? Por outro lado, seria o acrescento dos três arcos no extremo sul, no tempo de D. João V, suficiente para resolver o pro-

blema da travessia em tempo de cheias nessa época e nos dois séculos seguintes? Se a ponte for obra do início do século XVIII, ficamos com um período de quatro séculos (XIV–XVII), em que terá sido utilizada a ponte medieval, com eventuais reconstruções, e um período de três séculos (XVIII–XX), em que esteve em utilização a segunda ponte. Parece mais plausível assim.

Segundo uma tradição ainda viva em meados do século XX, a segunda ponte, construída sobre os pilares da ponte medieval, ficou inicialmente tão alta que permitia a passagem dos barcos com velas levantadas (Baptista, 1958, p. 314). Não seria difícil conservar-se esta tradição desde 1713 até meados do século XX. Menos plausível será que esta tradição se mantivesse viva desde o hipotético levantamento da ponte em meados do século XVI até aos meados do século XX.

A inscrição que assinala a obra realizada no início do século XVIII, colocada originalmente no ponto central e mais alto da ponte, diz que “ESTA OBRA MANDOV FAZER” D. João V. Em face de afirmação tão taxativa, e considerando as restantes observações, ficamos com pouca margem para atribuir 12 arcos da ponte (aliás 13, contando com o desaparecido A16) a D. João III e apenas 3 arcos a D. João V.

Para fechar a questão, a literatura de viagens, acima citada, diz-nos que os primeiros dois arcos no extremo sul da ponte estavam arruinados em 1773–1774, e que se atravessava o rio numa barca. A barca continuava a ser utilizada em 1776. Entretanto, como solução provisória, foram construídos passadiços de madeira, que sofreram reparações em 1785 e 1788. Finalmente, a partir de 1791, no reinado de D. Maria I, foram construídos três novos arcos no extremo sul, no lugar dos dois arcos arruinados, mas maiores. Não pode

haver dúvida que os três arcos no extremo sul datam do reinado de D. Maria I.

6. Conclusão

Tem-se presumido, desde o século XIX que terá sido construída uma ponte junto à vila de Vouga na segunda metade do século XIII. Neste artigo, foram recolhidas várias referências que provam que a ponte já existia, ou estava em construção, no segundo quartel do mesmo século. Em 1317, a ponte já ocupava o lugar central na representação heráldica (selo) do município de Vouga. Em 1758, em resposta a um inquérito, o pároco de Santa Maria de Lamas de Vouga informou que existia nessa freguesia uma grande ponte, a qual estava construída sobre outra. Essa ponte mais antiga é, essencialmente, a ponte do século XIII.

O tabuleiro da ponte actual está cerca de 3,0 m acima do tabuleiro da ponte do século XIII. Genericamente, as sucessivas alterações introduzidas na ponte ao longo dos séculos seguintes destinaram-se, não só a reconstruir partes da ponte que tivessem caído em ruína, mas também a altear e alongar o tabuleiro da ponte para fazer face ao crescente assoreamento do rio. A ponte medieval tinha pelo menos sete

grandes arcos na parte central, e pelo menos mais dois arcos menores a sul e mais um arco, de dimensão ainda desconhecida, a norte. Com os dez arcos detectados, a ponte teria um comprimento total na ordem dos 150 m.

O principal contributo deste artigo está na inventariação e estudo das marcas de canteiro que podem ser observadas ao longo de toda a ponte. Foram detectadas 495 ocorrências de marcas, 462 das quais com morfologia suficientemente perceptível, e destas 65 encontram-se nas estruturas remanescentes da ponte medieval e as restantes 397 na ponte actual. As 462 ocorrências foram divididas em seis categorias: letras epigráficas portuguesas; letras invertidas; letras de outros alfabetos; composições de letras; co-ocorrência de siglas no mesmo silhar ou aduela; e símbolos sem conteúdo alfabético óbvio. Do ponto de vista paleográfico, as letras portuguesas presentes nas marcas da ponte evidenciam predominantemente influências dos alfabetos carolino e gótico maiúsculo redondo. Todas as siglas encontradas parecem ser da época da construção da ponte. Os silhares e aduelas da ponte actual que ostentam marcas serão peças reaproveitadas dos pilares e arcos da ponte medieval demolidos para levantar a nova ponte.

Século XIII	Construção inicial.
Século XVI, meados (D. João III)	Reconstruções e acrescentos na ponte medieval: alteamento de talha-mares e contrafortes (?); reconstrução de A9, e partes dos respectivos pilares (?).
Século XVIII, início (D. João V)	Construção da ponte actual em cima dos pilares da ponte medieval (15 arcos: A4 a A16, mais dois arcos pequenos localizados no actual A3).
Século XVIII, finais (D. Maria I)	Construção de três arcos a sul (A1, A2, A3), com prolongamento da ponte para sul. Reconstrução de A12.
Século XIX	Pequenas reparações.
Século XX, 2.º quartel	Alargamento do tabuleiro e supressão de A16.

Bibliografia citada

- ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:1, pp. 317–342.
- ALARCÃO, Jorge de (2008) – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Universidade.
- ALARCÃO, Jorge de (2012) – *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Arquitetura românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., dissert. dout., Universidade do Porto.
- AN OFFICER (1827) – *Personal narrative of the adventures in the Peninsula during the war in 1812-1813*, London: John Murray.
- ARTSIKHOVSKIJ, Artemii Vladimirovitch (1963) – Gramoty 195–318. In ARTSIKHOVSKIJ, Artemii Vladimirovitch; BORKOVSKIJ, Viktor Ivanovich, eds. – *Novgorodskie Gramoty na Bereste: Iz raskopok 1956–1957 rodov*. Moskva: Izd-vo Akademii Nauk SSSR, pp. 3–166.
- BAPTISTA, Joaquim S. Sousa (1942) – Vestígios de vias romanas no concelho de Águeda. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 8, pp. 93–98.
- BAPTISTA, Augusto S. Sousa (1947) – Pontes do Vouga e do Marnel. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 13, pp. 81–85.
- BAPTISTA, Augusto S. Sousa (1948) – Estradas romanas no concelho de Águeda. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 14, pp. 3–22.
- BAPTISTA, Augusto S. Sousa (1950) – Considerações sobre a cidade luso-romana de Vacca, o julgado e o burgo de Vouga. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 16, pp. 81–117.
- BAPTISTA, Augusto S. Sousa (1958) – Ponte do Marnel. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 24, pp. 311–316.
- BARROCA, Mário J. (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862–1422)*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BERNARDES, João Pedro (2006) – Existem pontes romanas no Algarve? In *As Vias do Algarve da Época Romana à actualidade: Actas das I Jornadas*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal, pp. 14–19.
- BORGES, Augusto M. (2000) – As siglas medievais de Almeida. In OSÓRIO, Marcos; MARQUES, António A., eds. – *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (1–3 de Outubro de 1998)*. Guarda: Câmara Municipal, pp. 313–330.
- BRANDÃO, António (1632) – *Quarta Parte da Monarchia Lvysitana*. Lisboa: Mosteiro de São Bernardo por Pedro Craesbeeck.
- BRANDÃO, Francisco (1650) – *Quinta Parte da Monarchia Lvysitana*. Lisboa: Oficina de Paulo Craesbeeck.
- BRANDÃO, Francisco (1672) – *Sexta Parte da Monarchia Lvysitana*. Lisboa: Oficina de João da Costa.
- CARDIM, Luís (1928) – Caracteres rúnicos e caracteres Ibéricos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 4, pp. 151–174.
- CCSP = *Censal do Cabido da Sé do Porto*, Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924.
- Chancelarias*, Afonso IV = *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990–1992.
- CHARRÉU, Leonardo (1995) – As siglas dos canteiros medievais: contributo metodológico e bibliográfico para o seu estudo. *Al-Madan*. II.ª Série. 4, pp. 119–127.
- CHARRÉU, Leonardo (1997) – Apontamentos de gliptografia medieval portuguesa: siglas medievais de Estremoz. *Al-Madan*. II.ª Série. 6, pp. 132–138.
- CHAVES, Luís (1917) – Arqueologia artística: II: siglas de canteiros nos edifícios medievais de Extremoz. *O Archeologo Português*. 22, pp. 225–231.
- CONDE DA BORRALHA (1936) – Inquirições de D. Afonso II no distrito de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 2, pp. 243–244; 285–291.
- COSTA, Pe. António Carvalho da (1706–1712) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. 3 volumes. Lisboa: Off. Valentim da Costa Deslandes.
- DALRYMPLE, William (1777) – *Travels through Spain and Portugal in 1774 with a short account of the Spanish expedition against Algiers in 1775*. Londres: J. Almon.
- DR/I = *Documentos Medievais Portugueses. Volume I. Tomo I. Documentos Régios A.D. 1095–1185*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.
- FAURE, Francisco G.C.L.M. (2017) – Viajar no tempo de D. Afonso Henriques: vias e pontes no território Vimaranesense. In BARROCA, Mário Jorge, ed. – *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*, pp. 303–357.

- FERREIRA, Delfim Bismarck (2008) – *A terra de Vouga nos séculos IX a XIV: território e nobreza*. Aveiro: ADERAVE.
- FERREIRA, Pedro Augusto (1890) – Vouga – vila extinta. In LEAL, Augusto S.A.B. Pinho; FERREIRA, Pedro A. – *Portugal Antigo e Moderno*. XII, Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, pp. 1977–1992.
- FIGUEIREDO, António C. Borges de (1887) – Monumentos históricos – II. *Revista Archeologica*. 1, pp. 172–182.
- GOMES, João A. Marques (1877) – *O Distrito de Aveiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GOMES, Rita Costa (1995) – *A corte dos reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel.
- GONÇALVES, António Nogueira (1959) – *Inventário Artístico de Portugal*. VI. Distrito de Aveiro. Zona sul. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- GONÇALVES, António Nogueira (1967) – As pontes de mestre Zacarias de Córdova no Século Décimo. *Ocidente*. 72, pp. 3–17.
- GUEDES, César (2019) – As siglas da igreja de Boelhe. *Portvgalia*. Nova Série. 40, pp. 85–117.
- GUERRA CAMPOS, José (1964) – Viaje de Lisboa a Santiago en 1594 por Juan Bautista Confalonieri. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 19:58, pp. 185–250.
- JANIN, Valentin Lavrent' evič (1986) – Novgorod. Berestjanye gramoty N.º 540–614. In JANIN, Valentin Lavrent' evič; ZALIZNJAK, Andrej Anatol' evič, eds. – *Novgorodskie Gramoty na Bereste: Iz raskopok 1977–1983 rodov*. Moskva: Izd-vo Akademii Nauk SSSR, pp. 13–76.
- JORGE, Virgolino Ferreira (1979) – A igreja romano-gótica do Salvador do Mundo no Sobral de Monte Agraço. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. 3.ª Série. 85, pp. 49–67.
- LEMOES, Paulo; NUNES, Manuel (2013) – Notas para a gliptografia da ponte medieval da Veiga (Torno, Lousada). *Revista Municipal de Lousada: Suplemento de Arqueologia*. 14:111, pp. 1–4.
- LOPES, Luís Seabra (1996) – Talábriga e as origens da terra de Vouga. *Beira Alta*. 55:1–2, pp. 169–187.
- LOPES, Luís Seabra (1994) – De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca. *Estudos Aveirenses*. 3, pp. 97–100.
- LOPES, Luís Seabra (1995) – Talábriga: situação e limites aproximados. *Portvgalia*. Nova Série. 16, pp. 331–343.
- LOPES, Luís Seabra (2000) – A estrada Eminio-Talábriga-Cale: relações com a geografia e o povoamento de Entre Douro e Mondego. *Conimbriga*. 39, pp. 191–258.
- LOPES, Luís Seabra (2018) – A ponte de Vouga desenterrada (e mais algumas notas). *Beira Alta*. LXXVII (1), pp. 117–161.
- LOPES, Luís Seabra (2021) – Ponte de Vouga: reconstruções, reparações e melhoramentos no Século XVIII, *Soberania do Povo*, 143 (9190, 9191 e 9192, de 7, 14 e 21 de Julho de 2021).
- LOUREIRO, Adolfo F. (1874) – *Memória sobre o Mondego e barra da Figueira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LP = *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Apres., introd., not. e bibliog. Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.
- MADAHIL, A. G. Rocha (1941) – Estação luso-romana do Cabeço do Vouga. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 7, pp. 227–258; 313–369.
- MAGRO, Maria V. A. P. (2011) – *Vila Maior – Evolução de um Castelo e Povoado Raiano de Riba-Côa (séc. XI a XV)*, dissert. maestr., Universidade do Porto.
- MANTAS, Vasco (1996) – *A rede viária romana na faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, dissert. dout., Universidade de Coimbra.
- MATOS, Edgar F. F. (2014) – *São Salvador do Mundo: Interpretação de um edifício medieval através da arqueologia da arquitectura*. dissert. maestr., Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, David B. S. (1922) – As “marcas de pedreiro” nas fortificações de Trancoso. *O Archeologo Português*. 25, pp. 191–196.
- MOTA, António B. (2011) – *Testamentos Régios – Primeira Dinastia (1109–1383)*, dissert. maestr., Lisboa: Universidade de Lisboa.
- OSÓRIO, Marcos (2016) – Percurso por alguns elementos patrimoniais da igreja da Misericórdia do Sabugal. *Sabucale*. 8, pp. 47–74.
- PEIXOTO, António A. da Rocha (1909) – As siglas da ponte. *Almanaque Ilustrado de “O Comércio do Lima”*. 3, pp. 217–223.
- PEREIRA, Félix Alves (1929) – Jornadas de um curioso pelas margens do Lima (Estudos do Alto Minho, XXVI). *O Archeólogo Português*. 28, pp. 1–51.
- Provas* = SOUSA, António Caetano de (1739–1748) – *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*. 6 vols. Lisboa Ocidental: Oficina Silviana,
- REAL, Manuel Luís; SÁ, Pedro (1982) – *O Mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*. Sep. Actas Colóq. *História Local e Regional* (Santo Tirso, 1979), Santo Tirso.

- REIS, António Matos (2001) – A ponte sobre o rio Lima em Ponte de Lima. *Vale do Lima: um rio, dois países*. Ponte de Lima: ADRIL, pp. 65–66.
- RIBEIRO, João Pedro (1810–1836) – *Dissertações chronológicas e críticas*. 5 tomos. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- ROMÃO, João Maia (2012) – *No encaço do passo do Homem medieval: as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar*, diss. maestr., Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, António Delgado da (1828) – *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima Compilação das Ordenações*, Vol IV, Lisboa: Typographia Maignrense.
- SILVA, Joaquim Possidónio N. da (1868) – *Mémoire de l'archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVEIRA, Joaquim da (1943) – Inquirição na terra de Vouga em 1282. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 9, pp. 81–88.
- SOUSA, José Maria Cordeiro de (1926) – Marcas de canteiro. *O Arqueólogo Português*. 27, pp. 48–54.
- SOUSA, José Maria Cordeiro de (1965) – Novas observações sobre as marcas de canteiro. *Conimbriga*. 4, pp. 97–102.
- TEIXEIRA, Francisco M. A. C. (1994) – A fonte das Figueiras em Santarém: siglas dos pedreiros e arquitectura. In *Actas do 1.º Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico (Santarém, 6–8 Nov. 1992)*. Santarém: Câmara Municipal, pp. 181–185.
- Testamenta = Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, M.R.B. Morujão (coord.), Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- TROENG, John (2003) – A Semitic origin of some runes. *Journal of Swedish Antiquarian Research*. 98, pp. 289–305.
- TWISS, Richard (1775) – *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*. Londres.
- VASCONCELOS, António G. R. (1894) – *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*. Coimbra: Universidade.
- VASCONCELOS, Manuel de (1935) – *A Vila de Canaveses: notas para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VITERBO, Francisco M. Sousa (1899–1922) – *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores civis portuguezes*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.